

Título: *Formação pluridimensional de educadores e professores em dinâmicas de intervenção educacional*

Org.: *Emanuel Oliveira Medeiros*

© EDIÇÕES PIAGET, 2016

Rua Engenheiro Cunha Leal - 1900-678 LISBOA • Tel. 21 836 40 20

E-mail: [info@ipiageteditora.com](mailto:info@ipiageteditora.com)

Coleção: *Horizontes Pedagógicos*, sob a direção de António Oliveira Cruz

Capa: *Dorindo Carvalho*

Paginação: *Mário Félix - Artes Gráficas*

Impressão e acabamento: *Norprint - a casa do livro*

Depósito legal: 410 800/2016

ISBN: 978-989-759-074-0

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer processo eletrónico, mecânico ou fotográfico, incluindo fotocópia, xerocópia ou gravação, sem autorização prévia e escrita do editor.

Emanuel Oliveira Medeiros (Org.)

---

# FORMAÇÃO PLURIDIMENSIONAL DE EDUCADORES E PROFESSORES EM DINÂMICAS DE INTERVENÇÃO EDUCACIONAL

---



Edições  
PIAGET

# ESCOLA E MODERNIZAÇÃO (XVIII-XX) INSTITUIÇÃO EDUCATIVA E PERFIS LETRADOS

JUSTINO MAGALHÃES  
Instituto de Educação da Universidade de Lisboa  
justinomagalhaes@ie.ul.pt

## RESUMO

Instituição de Modernidade, a escola e a cultura escolar, ao consolidarem-se como conhecimento, norma e normalização, constituíram-se como fator de mudança e de transformação da sociedade, através de um processo pedagógico e de uma tecnologia do social. A reconstituição da relação entre a escola e a sociedade sugere a relevância e o significado histórico do processo de escolarização, como formativo, e da escola, como instituição educativa.

Formativa e disciplinadora, a escola, cuja ação evoluiu de um objetivo de segmentação para objetivos de compreensão e universalização, foi estruturante da Modernidade, criando e aplicando regras, vulgarizando uma pragmática cultural, definindo e legitimando perfis letrados. Centrando a observação na escolarização da sociedade portuguesa, conclui-se que ela integrou os seguintes ciclos histórico-pedagógicos: estatalização, nacionalização, governamentação, regimentação, universalização escolar, diversificação. O Estado Absoluto estruturou as bases de um protossistema escolar; o Liberalismo instituiu, nacionalizou e oficializou uma cultura escolar; a governamentação abriu caminho a uma hierarquização orgânica e a uma burocracia que foram prosseguidas pela regimentação. A simbiose entre pragmática

escolar e sociedade foi intensificada, podendo admitir-se que, nas décadas de 20 e de 30 do século xx, se observa uma idiosincrasia entre ideologia de regime e ofício escolar. Associada à universalização surgiu a primeira grande crise do modelo escolar. Nesta longa duração, o educacional escolar foi configurado numa hierarquia de perfis letrados: elementares, complementares, elaborados/especializados, superiores.

**Palavras-chave:** Modernidade; ciclos histórico-pedagógicos; instituição escolar; perfis escolarizados.

1. A Modernidade é apresentada neste estudo como movimento histórico de progresso e aproximação entre os indivíduos e as instituições, com base na cultura escrita e numa sequencialidade de processos histórico-pedagógicos: representação, humanização, normalização, instituição, pessoalização. A cultura escrita é conhecimento e ação. Substantivando-se através da ação cognoscente e formativa, a cultura escrita gerou uma hierarquia de perfis que a escolarização formalizou: o alfabetizado, o (in)formado, o funcional, o letrado. Nesse processo histórico-pedagógico, a instituição escolar foi devidamente enquadrada e legitimada por uma função política de cidadania, urbanismo, humanidade.

A institucionalização escolar deu fundamento, método e universalização à cultura escrita; articulou de forma gradativa os perfis letrados; legitimou o educacional escolar como socialização, acesso e participação; tornou possível que o processo e a cultura escolar fossem condição e concretização de sociabilidade e humanidade. Este complexo integra a constituição e desenvolvimento da escola como local específico para a instrução e a educação, assim convertidos nos mais significativos da educação. Na sua evolução histórica, a instituição escolar foi sendo adequada às funções socioculturais de segmentação, compreensão, diversificação. Em face da orgânica social no todo e dos Estados-Nação em particular, a escolarização correspondeu à tecnologia do social, ordenando e hierarquizando os indivíduos e os cidadãos. Com efeito, no decurso da Moder-

nidade, o acesso à cultura escrita e a consequente habilitação para o exercício da função letrada foram de algum modo condicionados. Uma vez legitimada como conservação e divulgação da norma cultural, a instituição escolar tornou-se o centro dos sistemas educativos.

Assegurada a alfabetização escolar, no período entre as duas Guerras Mundiais e com maior incidência por meados do século xx, o principal desígnio das políticas educativas progressistas era manter no interior do subsistema escolar a maior quantidade de indivíduos e pelo máximo de tempo possível. Esse ciclo compreensivo, uniformizador e mundializante, tornou inevitável o reacendimento das perspectivas críticas e a diversificação.

A institucionalização escolar é uma componente estrutural da relação entre Escola e Modernidade, e os Sistemas Educativos tomaram a escolarização como centro da educação e processo central à relação entre a Sociedade Contemporânea e os Estados-Nação. É assim possível estabelecer uma sequência de longos ciclos históricos, que abrangem de forma evolutiva a complexidade antes referida. A designação destes ciclos toma a aceção de processo e corresponde à tónica de cada um dos distintos períodos. Partindo do caso português, mas extensiva de uma forma aproximada aos sistemas educativos ocidentais, esta é a sucessão de ciclos históricos: estatalização, nacionalização, governamentação, regimentação, universalização, diversificação.

À afirmação do elemento estatal, através da política educativa pombalino-mariana que erigiu a escola como principal meio de educação pública, sucedeu, após a instabilidade e as intensas ideologização e partidarização do período revolucionário liberal, uma política de educação nacional. A partir do terceiro quartel do século xix foi reforçada a governabilidade da política educativa e do complexo escolar, sendo criados regulamentos, órgãos e estruturas centrais e locais. Esta governamentação concretizou-se num quadro legislativo sistemático e integrado; numa estrutura orgânica vertical; numa escrituração normalizada. Tal processo abriu caminho à orientação republicana da educação, acentuando a simbiose entre regime político e ofício/dever escolar — regimentação; a simbiose foi acentuada com o Estado Novo e plasmada no conceito Escola Portuguesa.

Na transição para o século xx e no contexto da implementação dos regimes republicanos e socialistas, teve lugar a reaproximação entre a estrutura escolar e o regime político. A Escola como representante da causa nacionalista foi tomada como meio e fator na formação e mobilização das populações para o progresso e para a consecução dos ideais políticos. A regimentação da instituição escolar veio a ser prosseguida pelos regimes totalitários e ditatoriais da primeira metade do século xx.

Por meados do século xx, os sistemas educativos tinham universalizado o subsistema escolar. A escola compreensiva havia-se tornado a escola de massas. Após a II Guerra Mundial, por incentivo das Organizações Internacionais, nomeadamente a OCDE e a UNESCO, a escolarização assente no modelo ocidental foi progressivamente mundializada, no plano horizontal. Por outro lado, tornava-se totalitária no plano vertical, absorvendo o conjunto das idades humanas, desde a infância à senitude. Cumprida a escolarização, gradualmente traduzida em educação básica e ampliada a garantia da educação secundária através do subsistema escolar, pelos anos 80 do século passado, tornou-se visível o quadro de crise. O subsistema escolar abriu-se a novas perspetivas pedagógicas e didáticas, e a novos públicos. O modelo escolar e mais amplamente o educacional escolar têm, desde então, estado sujeitos a processos de diversificação.

A descolonização e a democratização, associadas a instâncias normalizadoras, como foi o FMI, e a instrumentos reguladores, como as sucessivas Convenções Internacionais, e, mais recentemente, programas como o PISA, asseguraram tal movimento. Pode assim falar-se, por fim, de um novo ciclo histórico, o da diversificação, de que Maio de 68 foi o primeiro grande sinal e de que as sucessivas multiculturalidades, as distintas pedagogias, assim de instituição, de comunidade e dos sujeitos, bem como o respeito pelo plurilinguismo são sinais e desafios.

2. Assim sintetizado, o processo de escolarização foi, na sequencialidade e na orgânica curricular, comum à sociedade portuguesa e à generalidade dos países ocidentais. Não obstante,

há vários aspetos que a História da Escola em Portugal tem apresentado como distintos e, a seu modo, específicos.

Um desses aspetos foi o prolongamento pelo século xx de elevadas taxas de analfabetismo, inclusive de crianças e de adolescentes. Em finais do século xix, os países desenvolvidos do Ocidente tinham alfabetizado a população infantojuvenil e punham em marcha reformas políticas para constituição de um sistema escolar que assegurasse uma instrução elementar universal e uma educação secundária que abrangesse a maioria da população juvenil masculina e feminina. O currículo escolar era, também ele, basicamente comum. Assegurada a alfabetização nas línguas maternas, a escola assegurava a prossecução da formação letrada, que associava a componente humanística com a componente científica. Também progressivamente, o modelo escolar foi abrangendo a formação técnica e profissional.

No entanto, só na década de 60 do século xx foi dada por obtida a alfabetização das crianças portuguesas. O desenvolvimento do sistema escolar e a cobertura de todo o território com estruturas pós-alfabetização foram bastante mais lentos e irregulares em Portugal do que noutros países ocidentais. Na década de 70, em consequência da Revolução Democrática, foi decretada a unificação do ensino, ao longo da escolaridade obrigatória. A partir da Campanha de Alfabetização de Adultos levada a efeito nos primeiros anos da década de 50, o modelo escolar havia sido progressivamente extensivo à Educação de Adultos e, em consequência, à Educação Permanente, e posteriormente à Educação ao Longo da Vida.

Meio de aculturação escrita por função e por excelência (posto que ficou associada à construção e à difusão da normalização letrada), a escola foi abrangendo os diferentes segmentos e os diferentes estratos da sociedade. Não foi um processo nem linear, nem progressivo. Houve saltos quantitativos e qualitativos, como também houve ciclos praticamente mortos. A primeira universalização do educacional escolar foi a da alfabetização, na sequência da qual foi escolarizada a infância, cumprindo a instrução elementar. Nas últimas décadas do século xix e primeiras décadas do século xx, a escolarização era discutida com abrangência sistémica, seja enquanto complexidade orgânica,

seja ministrando um currículo federador das diferentes áreas do saber, seja assegurando uma progressão e uma abertura para os diferentes perfis profissionais. A universalização da instrução elementar e a segmentação da educação secundária (liceal, técnica, profissional) forçavam o debate em torno da dualidade:

- a) complementar a instrução elementar, com uma iniciação ao mundo do trabalho e ao exercício de funções letradas básicas;
- b) preparar para o ensino liceal e para o ensino técnico.

Por meados do século xx, a obrigação escolar abrangia a infância e a adolescência, estando em curso reformas escolares compreensivas. Nos sistemas escolares mais desenvolvidos, a escolaridade obrigatória passou a incluir os ensinos básico e secundário. O caso português é um daqueles em que o prolongamento da escolaridade obrigatória foi mais tardio, posto que só na década de 60 foi decretada a escolaridade de 6 anos. A universalização escolar de 9 anos foi decretada na década de 70 e concretizada através de um curso unificado, que assim se tornou a estrutura fundamental da educação básica. A escolaridade obrigatória passou de 4 para 6 e posteriormente para 9 anos, limite que está presentemente a ser ampliado para 12 anos.

3. Os perfis escolarizados formam uma hierarquia que toma a cultura escrita como base e a cultura escolar como eixo. O alfabetizado foi em parte obtido antes mesmo da difusão da escola, vindo posteriormente a ser integrado e normalizado. A primeira função da escolarização elementar foi a alfabetização da generalidade das crianças, a que, com a nacionalização e a formalização, foi sendo acrescentado um domínio de leitor-escrevente da língua materna, combinado com uma elementaridade científica e com uma iniciação moral e cívico-patriótica. O perfil-base do escolar conciliava a alfabetização em língua materna com uma gesta cívica assegurada pela pragmática comunicacional de leitor-escrevente.

O alfabetizado, escolarizado ou não, foi uma figura necessária à cidadania liberal. Assim pelo Decreto n.º 24, de 16 de maio de 1832, relativo à Reforma da Administração Pública e Reforma Judiciária, em Portugal, ficou estipulado que ler, escrever e con-

tar era condição necessária para a participação na generalidade dos cargos públicos, assim Juizes de Paz, Juizes Ordinários e Juizes Pedâneos (Art. 31), como também Jurados (Art. 32). Na transição do Antigo Regime, a emergência da esfera do público e o consequente exercício de funções administrativas e de inserção na burocracia do Estado tornaram necessária a certificação de habilitações letradas, ou através da exibição de diploma escolar ou mediante realização de provas públicas de habilitação e acesso. Em qualquer dos casos, a formação escolar foi tomada como referência, seja por aceitação direta do diploma, seja pela realização de provas articuladas com o currículo escolar. A formalização escolar havia-se tornado condição e requisito ao exercício de funções públicas, como ilustra o articulado legal aqui transcrito:

Por despacho assinado pelo Secretário d'Estado dos Negócios da Fazenda, em 23 de Dezembro de 1845, foi aberto concurso para 'prover na conformidade do Artigo 448.º do Regulamento Geral para a repartição das Contribuições directas, aprovado por Decreto de 20 do corrente, os lugares de Comissários das Contribuições criados pela carta de Lei de 19 de abril próximo passado (...). 5.º Os pretendentes ficam sujeitos a um exame em que mostrem que, além de possuírem os conhecimentos elementares em aritmética, têm idoneidade para o desempenho dos deveres que lhe incumbe o Regulamento. Da primeira parte do exame serão dispensados os que juntarem a seus requerimentos documento de aprovação em aritmética, passado por alguma Escola pública'.

Este perfil-base foi ampliado e aprofundado para possibilitar uma suficiência e um rigor escritos e proporcionar o acesso à burocracia e o exercício profissional da escrituração. A formalização escolar foi ampliada com o estudo da gramática, o aperfeiçoamento da leitura, a oficialização da escrita e uma gesta de cidadania ativa. Os cursos complementares cumpriram a dupla vertente de segmentação-continuidade escolar e de especialização-profissionalização, ou, dito em termos formais, preparar e permitir o acesso à educação secundária, ou complementar a instrução elementar. Pela articulação curricular com o nível

elementar, esta última aceção foi ciclicamente definida como primária superior. Estes perfis complementares permitiram a confluência de diferentes idades num mesmo ciclo escolar.

Especificamente escolares foram os perfis secundários (quer dizer, elaborados) e médios; recuperados do Antigo Regime e resultantes de uma combinação de disciplinas (os Estudos Menores) foram formalizados no quadro da modernização do Estado. Na base curricular estiveram as humanidades a que foram acrescentadas disciplinas de ciências. Orientados para uma determinada função, comportavam um estatuto sociocultural a que estava agregada uma ação cívica. Inseriam-se na hierarquia do funcionalismo e da representação do Estado. Entre os profissionais a que correspondem perfis médios, contam-se os militares nos diferentes ramos, os profissionais ligados à docência, os arquivistas e bibliotecários, os diplomatas. Era frequente que estes profissionais tivessem de frequentar uma ou outra disciplina no Ensino Superior. Assim sucedia com os diplomatas e paleógrafos, obrigados a «ouvirem» a Cadeira de Diplomática. Pelo Alvará de 21 de fevereiro de 1801, o Príncipe Regente criou a Cadeira de Diplomática na Universidade de Coimbra, da qual passavam a ser ouvintes obrigados

(...) todos aqueles, que aspirem a ser ocupados nos Empregos, e Escrituração do Meu Real Arquivo da Torre do Tombo, e nos Ofícios de Tabelião de Notas da cidade de Lisboa; não podendo ser provido, ou empregado nos mesmos Ofícios, e Ministérios Pessoa alguma, depois de seis anos de exercício desta Cadeira, sem que primeiro mostre competentemente ter frequentado com aproveitamento a mesma Aula, ao menos por tempo de um ano.

Também nos termos dos Artigos 72.º a 75.º da Reforma Costa Cabral, de 20 de setembro de 1844, ficara definido o conjunto de profissionais cujo acesso exige o Curso Geral dos Liceus. Um deles era o de Bibliotecário. Para final do século XIX, estes perfis de nível médio ficaram mais especializados e objeto de cursos específicos, nos quais as ciências humanas sedimentavam um núcleo duro performativo.

No trânsito do Antigo Regime, ressaltam a seu modo dois perfis de grau superior, herdeiros do Letrado: o matemático e o

teólogo. Ao criar a Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra, pelo Alvará de 9 de junho de 1801, o Príncipe Regente tinha em mente o perfil de um novo profissional: o matemático, na sequência do qual surgia o matemático-cosmógrafo. O matemático-cosmógrafo deveria ser Doutor ou Bacharel formado naquela Faculdade e exerceria as suas funções profissionais nos organismos devidamente referenciados. Passava a haver um matemático nos Conselhos da Real Fazenda, do Ultramar, do Almirantado, na Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, de Portugal e seus Domínios. De modo idêntico, passaria a haver um matemático-cosmógrafo em cada uma das Comarcas do Reino, para execução da Carta Topográfica da mesma Comarca, debaixo da Direção da Administração, estabelecida para a Carta Geográfica, e Corográfica.

Relativamente ao perfil-função do Teólogo, por Alvará de 10 de maio de 1805, foi determinado que haveria um Seminário em cada Diocese e que os Prelados enviassem Eclesiásticos para frequentarem as Escolas Teológicas da Universidade de Coimbra, cujo Curso tinha sido reformado. A partir de então, o corpo docente de cada Seminário Diocesano passaria a integrar teólogos, sob pena de encerramento do estabelecimento. Objeto de regulação e de exame de habilitação passaram a ser também as profissões ligadas ao medicato, conforme ilustra o Aviso de 23 de maio de 1800, pelo qual o Regente regulamentou os exames dos Médicos, Cirurgiões que estudaram nas universidades estrangeiras, bem como o exame de Boticários, Droguistas, Químicos e Destiladores. Esta segunda série de profissões não carecia de diploma de ensino superior, mas o exame era sempre sujeito ao vaticínio médico.

No que respeita à função docente, a Reforma Costa Cabral (20 de setembro de 1844) tornou exclusivo o diploma de Doutor ou de Bacharel em Filosofia pela Universidade de Coimbra para o provimento em Cadeiras Públicas de Filosofia, liceais ou outras.

Sistematizando esta breve aproximação ao binómio instituição educativa-perfis escolarizados, pode inferir-se que, com as Reformas Iluministas da Instrução e no âmbito da Modernização Oitocentista, se observa um paralelo entre a estrutura escolar e

a tecnologia socioprofissional, como bem ilustra o Artigo 157.º da Reforma Costa Cabral, cuja repercussão foi determinante na organização da estrutura escolar. Por essa lei, a estrutura de cúpula da instituição educativa ficou ajustada à estrutura da oferta escolar. É o que determina o Art. 157.º: «O Conselho Superior divide-se em três Secções; a saber: 1.ª de Instrução Primária; 2.ª de Instrução Secundária; 3.ª de Instrução Superior.»